



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Legislação e Justiça		
Reunião: 11ª Ordinária	Sessão legislativa: 1ª	Legislatura: 20ª
Data: 29/4/25		
Horário de início: 13h52min		Horário de encerramento: 14h24min
Local: Plenário Camil Caram		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Uner Augusto, que registrou a presença dos vereadores Edmar Branco e Vile, o último em presença remota, e das vereadoras Dra. Michelly Siqueira e Fernanda Pereira Altoé, a última em presença remota, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação da Ata da 10ª Reunião Ordinária, realizada em 22/4/25.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM PRIMEIRO TURNO: 1) Projeto de Lei nº 24/25 - “Institui o Programa Municipal de Vacinação Polivalente de Cães e Gatos em Belo Horizonte e dá outras providências”. Autoria: Osvaldo Lopes.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Vile, pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2) Projeto de lei nº 60/25 - "Institui o Programa Municipal de Incentivo ao Uso do Transporte Público Coletivo por Ônibus e autoriza a implementação da tarifa zero no serviço do transporte público coletivo por ônibus". Autoria: Iza Lourença, Arruda, Cida Falabella, Cleiton Xavier, Diego Sanches, Dr. Bruno Pedralva, Dra. Michelly Siqueira, Edmar Branco, Helton Junior, Irlan Melo, Janaina Cardoso, Juhlia Santos, Leonardo Ângelo, Luiza Dulci, Neném da Farmácia, Osvaldo Lopes, Pedro Patrus, Pedro Rousseff, Rudson Paixão, Tileleo, Wagner Ferreira e Wanderley Porto.

O vereador Vile solicitou o adiamento da apreciação do parecer, nos termos do art. 76 do Regimento Interno - RI.

Deferido.

O vereador Edmar Branco e a vereadora Dra. Michelly Siqueira discutiram o projeto.

3) Projeto de Lei nº 77/25 - "Institui a obrigatoriedade de instalação de painéis eletrônicos informativos nos hospitais públicos municipais de Belo Horizonte, UPAS e Postos de Saúde, para a divulgação de informação sobre horário de entrada e saída dos médicos, especialidades disponíveis e tempo aproximado de atendimento". Autoria: Neném da Farmácia.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé, pela constitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade

4) Projeto de Lei nº 104/25 - "Dispõe sobre a instalação de totens de segurança em pontos de ônibus para proteção dos usuários do transporte coletivo e dá outras providências". Autoria: Janaina Cardoso.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito - apresentada pelo relator, vereador Vile, com acréscimo do seguinte quesito, sugerido pela vereadora Fernanda Pereira Altoé: existe contrato vigente que discipline os abrigos de ônibus? Nesse contrato há previsão de instalação de totens de segurança?

5) Projeto de Lei nº 106/25 - “Dispõe sobre a concessão de passe livre no transporte coletivo de passageiros por ônibus para mães e pais atípicos ou tutores e curadores de pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA no âmbito do Município de Belo Horizonte e dá outras providências”. Autoria: Diego Sanches.

Aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito - apresentada pelo relator, vereador Uner Augusto.

6) Projeto de Lei nº 110/25 - “Estabelece a obrigatoriedade de atuação de pedagogos como orientadores pedagógicos nas escolas públicas da rede municipal de Belo Horizonte”. Autoria: Neném da Farmácia.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Vile, pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade.

7) Projeto de Lei nº 113/25 - “Estabelece a obrigatoriedade da presença de psicólogos nos postos de saúde de Belo Horizonte, como parte da atenção integral à saúde”. Autoria: Neném da Farmácia.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé, pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade.

8) Projeto de Lei nº 118/25 - “Dispõe sobre a atividade de fiscalização parlamentar e o livre acesso do vereador aos locais e documentos dos órgãos públicos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

municipais e dos prestadores de serviços públicos que menciona”. Autoria: Pablo Almeida.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Vile, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, com apresentação de emenda(s).

9) Projeto de Lei nº 157/25 - “Acrescenta o parágrafo único-A ao art. 1º da Lei nº 11.411/22, que garante aos usuários do SUS residentes no Município o direito ao acesso às informações acerca de sua saúde e às listas de espera para consultas e exames”. Autoria: Rudson Paixão.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Dra. Michelly Siqueira, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, com apresentação de emenda(s).

10) Projeto de Lei nº 158/25 - “Acrescenta o inciso XXXVI ao art. 97 da Lei nº 7.031, de 12 de Janeiro de 1996, que ‘Dispõe sobre a normatização complementar dos procedimentos relativos à saúde pelo Código Sanitário Municipal e dá outras providências”. Autoria: Osvaldo Lopes.

Aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito - apresentada pela relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé.

11) Projeto de Lei nº 165/25 - “Altera a Lei nº 7.597/98, que ‘Dispõe sobre assentamento de famílias no Município e dá outras providências”. Autoria: Rudson Paixão.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

12) Projeto de Lei nº 166/25 - "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de divisórias transparentes nos estabelecimentos comerciais do Município que oferecem serviços de banho e tosa de animais". Autoria: Janaina Cardoso.

O vereador Uner Augusto discutiu o projeto e apresentou proposta de diligência - pedido de informação por escrito.

Aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito - apresentada pelo vereador Uner Augusto.

13) Projeto de Lei nº 167/25 - "Institui o ano de 2027 como o Ano Municipal de Conscientização sobre o Acesso ao Leite Materno em Belo Horizonte". Autoria: Neném da Farmácia.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, com apresentação de emenda(s).

14) Projeto de Lei nº 170/25 - "Prevê o estabelecimento de campanha de orientação às pessoas idosas contra fraudes e outros crimes no âmbito do Município e dá outras providências". Autoria: Arruda.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

EM REDAÇÃO FINAL: 15) Projeto de Lei nº 987/24 - "Acrescenta alínea XXXIII ao art. 135 da Lei 8.616/2003 que contém Código de Posturas do Município de Belo Horizonte". Autoria: Bruno Miranda.

Aprovada, por unanimidade, a proposta de redação final.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

EM TURNO ÚNICO: 16) Projeto de Lei nº 1.029/24 - “Dá o nome de Arminda dos Santos Damas à Rua Pedestre K, no Bairro Rio Branco”. Autoria: Dr. Bruno Pedralva.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé discutiu o projeto.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé, pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação.

17) Projeto de Lei nº 13/25 - “Dá o nome de Sargento Roger Dias ao viaduto situado na interseção das avenidas Waldomiro Lobo e Cristiano Machado”. Autoria: Sargento Jalyson.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Uner Augusto, pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação.

18) Projeto de Lei nº 26/25 - “Dá o nome de Eunice Paiva à rua Presidente Costa e Silva, no bairro Indústrias I (Barreiro)”. Autoria: Pedro Rousseff.

Discutiram o projeto a vereadora Dra. Michelly Siqueira e os vereadores Edmar Branco e Uner Augusto.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Vile, pela constitucionalidade, ilegalidade, regimentalidade e rejeição.

EM REDAÇÃO FINAL: foram aprovadas, por unanimidade, as propostas de redação final aos projetos:

19) Projeto de Lei nº 39/25 - “Altera a Lei nº 11.397/22, que consolida a legislação que institui datas comemorativas no Município”. Autoria: Uner Augusto.

20) Projeto de Lei nº 81/25 - “Altera a Lei nº 11.397/22, que consolida legislação que institui datas comemorativas no Município”. Autoria: Diego Sanches.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

21) Projeto de Lei nº 97/25 - "Altera a Lei nº 11.397/22, que consolida legislação que institui datas comemorativas no Município". Autoria: Pedro Rousseff.

22) Projeto de Lei nº 100/25 - "Altera a Lei nº 11.397/22, que consolida legislação que institui datas comemorativas no Município". Autoria: Maninho Félix.

23) Projeto de Lei nº 111/25 - "Altera a Lei nº 11.397, de 30 de agosto de 2022, que consolida legislação que institui datas comemorativas no Município de Belo Horizonte, para incluir a Semana da Neurodiversidade". Autoria: Dra. Michelly Siqueira.

24) Projeto de Lei nº 132/25 - "Altera a Lei nº 11.397/22, que consolida legislação que institui datas comemorativas no Município". Autoria: Maninho Félix.

25) Projeto de Lei nº 135/25 - "Altera as leis nº 11.565/23 e nº 7.863/99 e dá outras providências". Autoria: Mesa - Professor Juliano Lopes, Fernanda Pereira Altoé, Pablo Almeida, Wagner Ferreira e Wanderley Porto.

26) Projeto de Lei nº 144/25 - "Altera a Lei nº 11.397/22, que consolida a legislação que institui datas comemorativas no Município, para incluir o Dia do Heavy Metal". Autoria: Dra. Michelly Siqueira.

27) Projeto de Lei nº 145/25 - "Altera a Lei nº 11.397, de 30 de agosto de 2022, que 'Consolida legislação que institui datas comemorativas no Município de Belo Horizonte', para incluir o dia da Mulher Advogada no Município de Belo Horizonte". Autoria: Dra. Michelly Siqueira.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.



ATA APROVADA
Distribuição para impugnação: 29/4/25
Comunicação de aprovação: 6/5/25
Presidenta/Presidente